

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

TRABALHOS COMPLETOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de **Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto**)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de **Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva**)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de **Wendell Lopes de Assis**)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de **Aline Rouse Almeida da Silva**)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de **Martina Spohr**)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de **Sara Helena Amaral de Sousa**.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de **Fernando Luiz Vechiato**)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de **Aline Fernanda Lopes**)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Patrícia Reis**)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E "PÓS-USO" DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbald**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinicius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES

Rosale de Mattos Souza¹
rosalemattos@hotmail.com

Andressa Furtado da Silva de Aguiar²
andressa_furtado@yahoo.com.br

Gleice da Silva Branco³
gleicebranco@ymail.com

A classificação arquivística é problematizada como uma atividade fundamental para a Gestão de Documentos, priorizando o olhar científico sobre esta função para a implementação de outras atividades técnicas da área, tais como: avaliação, preservação, manutenção, uso, destinação, e disseminação de informações aos usuários internos e externos dos Arquivos, com vistas tanto à racionalização da produção documental como subsidiar a tomada estratégica de decisões e a implementação de políticas institucionais na área de informação, em particular no espaço informacional da educação universitária no país. Este estudo analisa como objeto e apresenta propostas ao Plano de Classificação de Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino - IFES, destacando suas classes e subclasses; tomando como aspectos metodológicos a fundamentação teórica, o levantamento da literatura a respeito de princípios classificatórios, a Teoria da Classificação, Teoria do Conceito, Terminologia e vocabulários controlados de forma interdisciplinar com outras áreas do conhecimento como a Educação, a Diplomática, a Biblioteconomia, a Filosofia, a Administração, e a Linguística. Desta forma, também busca de forma metodológica a contextualização e a missão das universidades, legislação na área de educação, estudo de tipologias documentais, assuntos, funções e atividades da área de ensino superior e ensino de forma geral no Brasil nos seus diversos graus e instâncias. Procurará demonstrar a busca de uma classificação científica, e busca contribuir para a otimização do Plano de Classificação das IFES, considerando que a reflexão e as mudanças são benéficas para a comunidade arquivística e para o progresso científico.

Palavras-chave: Plano de Classificação; Instituições Federais de Ensino Superior; Teoria da Classificação; Gestão de Documentos.

¹ Arquivista da UFF, Especialista em História do Brasil, pela UFF, Mestrado em Ciência da Informação pela UFRJ/ECO/IBICT, Professora Assistente do Curso de Arquivologia da UNIRIO

² Arquivista do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Mestranda em Ciência da Informação – IBICT/UFRJ

³ Arquivista da *BP Energy do Brasil*, Função: *Documentation Analyst e Document Controller*, e Pós graduanda em curso de especialização em Engenharia de Produção, na Universidade Federal Fluminense - UFF.

1. INTRODUÇÃO

A classificação é uma atividade essencial para todas as atividades arquivísticas, sendo de fundamental importância na Gestão de Documentos, desde a produção, uso, manutenção e destinação final dos documentos. Desta forma, problematiza-se a classificação arquivística, tomando como objeto o Plano de Classificação Arquivístico das Instituições Federais de Ensino, elaborado junto à Coordenação de Gestão de Documentos – COGED, do Arquivo Nacional, de 2006 a 2009, levando-se em consideração a Teoria da Classificação, a Teoria do conceito, a Terminologia, como um tipo de estudo linguístico, estudo da linguagem, os princípios arquivísticos de respeito aos fundos documentais, do princípio da ordem original. Como metodologia, foi realizado um levantamento de literatura voltado para a classificação, tratando-se de uma preocupação filosófica desde a antiguidade clássica passando ao longo da história por diversas visões e conceitos. Foi analisado também o conteúdo das Atas do GT-IFES-AN, que tratam da análise dos Princípios de classificação elaborados pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, da Universidade de Brasília – UnB, além da análise da missão, das funções e atividades das universidades públicas federais, que basicamente constituem-se em ensino, pesquisa e extensão.

A importância deste trabalho deve-se ao fato de que há a necessidade de uma busca de parâmetros científicos de classificação, uniformização da linguagem, dos assuntos, dos termos e das tipologias empregadas nos planos de classificação das universidades públicas federais de ensino, visando a melhor gestão administrativa destas instituições, gestão de documentos, gestão de informações, promovendo a otimização do processo decisório, a transferência e recolhimento de documentos, e sua posterior destinação final para eliminação ou guarda permanente para a história e para a pesquisa científica.

Quanto aos objetivos deste estudo, estes consistem em: compreender a classificação à luz do conhecimento filosófico e científico; estabelecer os conceitos dos termos e seus predicados; facilitar a indexação, a analogia entre os termos e tipologias documentais; buscar uma árvore semântica entre os termos e conceitos,

seus significantes e significados, consolidando a terminologia e o vocabulário controlado como instrumentos que poderão otimizar os planos de classificação arquivísticos.

Desta forma, é coerente refletir sobre o deslocamento da questão sobre *o que é o documento* para *o que faz o documento* – não ressaltar apenas a informação, mas a *informatividade*, a função da informação no contexto do produtor e do consumidor da informação. Da mesma forma, com o aporte das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), surgem novas preocupações e problematizações acerca da indexação de documentos, terminologia da área, revisão de instrumentos, acesso e transferência de informação - todas questões relacionadas à comunicação e, conseqüentemente, à linguagem e representação da informação.

2. A CLASSIFICAÇÃO COMO REFLEXO DA LINGUAGEM, AÇÃO DA LÓGICA FILOSÓFICA E CIENTÍFICA

A linguagem é um aspecto determinante para o estabelecimento cultural, como atividade cotidiana anterior ao próprio homem. Identifica-se como uma atividade ou processo social e coletivo, fixando a estruturas de pensamento e das ideologias. O escritor Jorge Luís Borges inspirou o autor francês Michel Foucault na obra *Les mots e les choses*, com relação ao estabelecimento da classificação oriental, distinguindo-a da classificação ocidental. “Nós não discutimos as classificações a partir das quais o nosso próprio discurso se constrói. Anteriores às palavras, às percepções e aos gestos [...]", estas classificações primordiais aparecem-nos como óbvias e inquestionáveis. Elas são, segundo Foucault, os "códigos ordenadores da nossa cultura.” (FOUCAULT, 2000).

A classificação é uma ação humana antes mesmo do seu surgimento, permeada pelos valores culturais e regionais, que a partir de agrupamentos por diferenças e semelhanças chegamos a um ou mais de um resultado, sendo uma atividade que não tem um caráter absoluto.

Pombo (1997) realizou a investigação e análise da classificação como um estudo filosófico desde Aristóteles, que levou à inspiração da árvore dicotômica de Porfírio na Antiguidade Clássica, passando pelo conceito de classificação em Augusto Comte, Piaget, e outros filósofos que trataram a classificação como objeto de seus estudos. A classificação também tem seus representantes de pensamento na

Biblioteconomia e na Ciência da Informação com a classificação facetada de Ranganathan, e a autora sugere que pode haver outros tipos de classificação da informação.

Dhalberg (1978) trata da teoria do conceito, o modo como deve ser materializado, e que deve trazer à tona termos que estão relacionados a outro termo (conceito) a partir dos jogos de palavras, que são partes - predicados - do termo principal. Tomou como exemplo o jogo de xadrez, que é um jogo com dois jogadores, que implica em tantas peças, apresentando as especificidades de um jogo entre tantos outros jogos.

É importante ressaltar o aspecto colaborativo da Linguística Documentária para a representação da informação e, conseqüentemente, para a classificação de documentos arquivísticos, considerando que seja a linguística documentária o subcampo da Ciência da Informação que se debruça sobre reflexões teóricas e metodológicas sobre organização da informação. (LARA, 2008). A Linguística Documentária, por si, engloba o aspecto comunicacional da informação registrada - a *comunicação documentária* - e a utilização da linguagem como apoio primordial a este processo. Além de reflexões sobre a informação, aborda a questão da função pragmática informacional (LARA, 2008), fazendo associação às construções de sentido a partir das estruturas simbólicas dos registros documentais, colocando a linguística como mediadora dentro de contextos de produção e circulação de informação. Também resalta a relevância das comunidades discursivas para a identificação e compreensão da terminologia utilizada nesta composição produtiva informacional, levando em conta a função da informação dentro destas comunidades discursivas.

A linguagem funciona como mediadora para a construção e representação do saber e, desta forma, pode ser considerada uma ferramenta comunicacional, encontrando-se em todas as instâncias do pensamento, do conhecimento, da compreensão humana - repercute no comportamento do indivíduo e nos condicionamentos sociais.

Um vocabulário controlado trata-se de uma linguagem artificial, que resulta de escolhas de termos do código linguístico. Smit e Kobashi, (2003, p.14) ressaltam a importância de uma “classificação rigorosa”, ou seja, um plano de classificação que

possa ser considerado adequado em relação à instituição. É importante analisar se as atividades-fim da instituição são especializadas. Nesse caso, para que se possa fazer a representação do universo documental, é necessária a incorporação de uma linguagem mais especializada. A ordenação, hierarquização, estruturação ou categorização de termos geram a arquitetura de funções e atividades da instituição, atribuindo sentido ao todo. Um vocabulário controlado deve hierarquizar as funções e atividades, contemplar o controle de vocabulário – principalmente no que se refere à sinonímia, homonímia, e quase sinonímia -, relacionando os termos presentes em categorias diferentes, além de conceituar os termos e as condições de seu uso.

Rousseau e Couture, (1998, p.49) esclarecem que a classificação dos documentos foi objeto de muitas tentativas. Em 1985, Michel Roberge propôs uma classificação universal dos documentos administrativos. No entanto, SOUSA assinala que a proposta de Roberge só seria possível se houvesse semelhança entre as tradições administrativas dos vários países.

A classificação é, portanto, um assunto filosófico, organizacional e técnico muito importante, trazendo repercussões teóricas e práticas para a Arquivística. Sousa (2004, p.24) afirma que, percorrendo os princípios e requisitos propostos pelos filósofos e estudiosos da Teoria da Classificação, podemos concluir que alguns são aplicáveis ao processo classificatório em Arquivística, em toda sua dimensão e especificidades. São eles:

“a) a classificação é uma representação da realidade, criando maior possibilidade de indeterminação - devemos cuidar para que não haja um nível elevado de indeterminação nos níveis mais altos da estrutura de classificação; b) devemos utilizar um único princípio de classificação de cada vez; c) a relação entre os conceitos não pode se resumir ao modelo aristotélico de gênero/espécie - outras relações podem ser utilizadas na articulação entre os níveis; d) as divisões não devem ser vazias e nem se sobrepor no seu conjunto - devem sempre exaurir a totalidade do domínio (extensão) de cada nível de classificação; e) a classificação deve ser lida simultaneamente de cima para baixo e de baixo para cima.” (SOUSA, 2004, p.24)

3. PERSPECTIVAS DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A Arquivologia possui uma profunda relação com a atividade humana e social e desempenha papel fundamental nesse aspecto, considerando a relação de seus objetivos não somente com a análise do contexto social de produção documental como um modo de registro de atividades, mas também como um meio através do qual a informação registrada desempenhe seu papel neste contexto produtivo. (THOMASSEN, 2006, p. 10) Quando consideramos que documentos arquivísticos são “produtos e produtores de atividades sociais” (THOMASSEN, p.9), é importante também levar em conta a dimensão que extrapola o suporte: é imprescindível a compreensão de que o documento é a materialização de algo que precisa ser comunicado, trazido à tona, informado, notificado, registrado.

A função arquivística Classificação de documentos, considerada matricial para o *fazer arquivístico*, é a explicitação de funções ou estruturas dentro de um contexto de produção documental. É a representação do mapeamento deste contexto produtivo e que subsidia as demais etapas da gestão de documentos. Classifica-se o item documental pensando no todo e nas relações existentes, no papel desempenhado pela informação dentro do organismo. Ao contrário do livro para a biblioteca – unidade de informação que independe das outras unidades -, o documento, ou ainda, a informação arquivística, pensada em nível de unidade de informação, só pode ser significada se relacionada com outras unidades informacionais que representam uma atividade, subfunção ou função específica. À medida que vão sendo acumuladas, [as informações] estabelecem relações entre si. Elas estão unidas por um elo criado no momento em que são produzidas e recebidas, determinado pela razão de sua elaboração e que é necessário à própria existência e à capacidade de cumprir seu objetivo. Elas são um conjunto indivisível de relações intelectuais. (SOUSA, 2002, p. 15)

O princípio de respeito aos fundos documentais, o princípio da ordem original e os demais princípios arquivísticos são fundamentos norteadores para a classificação arquivística. Quanto ao primeiro princípio, trata-se do respeito à origem dos documentos que foram produzidos ou recebidos e que não podem se misturar aos demais fundos de arquivos. Destaca-se o surgimento do princípio do respeito aos

fundos ou ainda do “Respect des fonds” por Natalis de Wailly, no séc. XIX, em Paris, mas que somente se consolidou no 1º Congresso Internacional de Arquivos no início dos anos 1960, fato também ocorrido na França.

Duchein (1986), em seu texto emblemático sobre o respeito aos fundos documentais, trata o assunto alertando-nos para alguns requisitos, tais como: a legitimidade oficial do órgão produtor através de instrumentos legais que o criaram por meio de leis, decretos, portarias, resoluções nas mais diversas esferas de poder; o contexto, a criação de atividades ou supressão delas; atividades com certa autonomia administrativa que levem à decisões sobre determinado tema, tendo uma chefia ou direção do órgão produtor de documentos.

Segundo (SOUSA, 2012), não existe instrumentalização que não seja sustentada por bases teóricas e/ou metodológicas”. Para o autor, deve-se estar atento para que a classificação não seja um processo intuitivo, mas levada como uma atividade técnica que demanda procedimentos metodológicos e científicos, propondo que deve-se perceber uma triangulação interdisciplinar entre os princípios arquivísticos, a Teoria da Classificação, e a metodologia da coleta de dados.

Na classificação arquivística é preciso levar em consideração a missão, as funções, as atividades, as tipologias e espécies documentais, presentes em todas as idades documentais arquivísticas, desde o arquivo corrente até ao arquivo permanente, facilitando a elaboração de planos de classificação e de tabelas de temporalidade de documentos, e, conseqüentemente a Gestão de Documentos. O aspecto objetivo, dado tanto pela diplomática e pelas espécies documentais como pelas características orgânicas documentais, facilita na determinação conceitual dos termos, enquanto que a representação temática que leva à subjetividade pode ser verificada com maior incidência em arquivos permanentes.

Faz-se necessária a conceituação da missão, das funções, atividades, espécies e tipos documentais. Segundo Sousa (2012):

“[...] as Relações Funcionais estão relacionadas aos conceitos que expressam processo; a função como agregação de atividades análogas, interdependentes, que se encadeiam num único campo especializado de trabalho; deve ter o desenvolvimento alocado a uma unidade organizacional específica; a função indica “o que é feito”, sem detalhar “como é feito”. Sobre a atividade: A atividade é o conjunto de procedimentos necessários à execução de uma função. É por meio

do exercício de um determinado número de atividades que uma unidade organizacional desempenha sua função.“

Com relação aos princípios hierárquicos e classificatórios pertinentes a um arquivo, dever-se levar em consideração os seguintes princípios: Categorias de Funções (meio e fim); Áreas Funcionais; Função; Subfunção; Atividade; Subatividade; Tarefa.

Smit e Kobashi (2003) dão um exemplo da área de arquivos universitários (mostrado a seguir). Comparando a rubrica “bolsas de estudo” nos planos de classificação da Universidade Carlos III (Madri, Espanha) e da Universidade de São Paulo com a solução proposta pelo tesouro da *Case Western Reserve University* (Estados Unidos) para a rubrica, fica mais clara a diferença.

UNIVERSIDADE CARLOS III DE MADRID	
Cuadro de Clasificación de los Documentos	
L100 GESTIÓN DE LA INVESTIGACIÓN	
L101 Organización y programación de la investigación	
L102	Proyectos de investigación
L103	Programación de la investigación
L104 Ayudas a la investigación	
L105	Información y difusión de convocatorias
L106	Convenios y transferencia de tecnología
L107	Convenios con empresas
L108	Convenios con centros de investigación
L109	Contratos
L110	Contratos de estudios jurídicos
L111	Solicitud de ayudas
L112	Infraestructura científica
L113	Proyectos de investigación
L114	Becas ←
L115	Ayudas a la movilidad del personal investigador
L116	Plan de fomento a la investigación
L117	Organización y asistencia a congresos
L118 Difusión de los resultados de la investigación	
L119 Evaluación de la investigación	
F100 GESTIÓN DE LOS RECURSOS ECONÓMICOS	
(...)	
F124 Gestión de los gastos	
(...)	
F128 Gestión contable de la investigación	

Figura 1 – Plano de Classificação – Universidad Carlos III – Função: Gestão da Pesquisa; Subfunção ou subclasse: Apoio à pesquisa – inclui Bolsas de Estudo (“becas”) (SMIT e KOBASHI, 2003)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO Plano de Classificação das Atividades	
Q00000	PESQUISA
Q10000	BOLSA DE PESQUISA ←
Q20000	INTERCÂMBIO CIENTÍFICO
Q30000	PÓS-DOCTORAMENTO
Q40000	PROGRAMA DE PESQUISA
Q40200	Divulgação de resultados
Q40300	Linhas de pesquisa
Q40500	Recursos
Q60000	PROJETOS DE PESQUISA
Q60200	Divulgação de resultados
Q60500	Recursos

Figura 2 – Universidade de São Paulo – Função: Pesquisa; Subfunção: Bolsa de pesquisa (SMIT e KOBASHI, 2003)

CASE WESTERN RESERVE UNIVERSITY ARCHIVES Thesaurus of University Terms	
C00000	ACADEMICS
(...)	
C73000	Research
C73380	Human subjects
C73730	Technology transfer
J00000	FINANCES
(...)	
J37000	Grants ←

Figura 3 – Western Reserve University Archives – Função: Finanças; Subordinação: Bolsas (SMIT e KOBASHI, 2003)

Segundo Smit e Kobashi (2003), a Universidade Carlos III e a USP, ao subordinarem *bolsas de pesquisa* à função “pesquisa” adotam ponto de vista semelhante. As duas universidades não levaram em conta o aspecto financeiro. A universidade americana quando incluiu as *bolsas de pesquisa* na função “finanças”,

escolheu uma abordagem diversa. Isso mostra que as universidades em questão têm culturas diferentes, portanto atribuem significado diferente às bolsas de estudo.

A *Case Western* não ignora a interface que as bolsas de estudo têm com a gestão de pesquisa. Observamos que as bolsas de pesquisa, mesmo categorizadas pelo seu aspecto financeiro, aparecem relacionadas à pesquisa.

CASE WESTERN RESERVE UNIVERSITY ARCHIVES Thesaurus of University Terms - lista alfabética	
GRANTS	
BT Finances	←
RT Research	
(...)	
RESEARCH	
BT Academics	
NT Human subjects	
Technology Transfer	
RT Grants	

Figura 4 – Thesaurus da Western Reserve University Archives (SMIT e KOBASHI, 2003)

SISTEMA DE ARQUIVOS DA USP – SAUSP Plano de classificação	
C00000 ENSINO: GRADUAÇÃO	Lista categorizada: inclui a atividade da "Colação de grau" na categoria maior do "Ensino de Graduação"
: C35000 Colação de grau	
A	Lista alfabética: inclui a atividade da "Colação de grau" na letra C da lista, remetendo à localização na lista categorizada (C35000). Na letra F aparece a menção a um sinônimo "formatura", remetendo deste para o termo adotado, "colação de grau".
B	
C Colação de grau - C35000	
D	
E	
F Formatura <i>USE</i> Colação de grau	

Figura 5 – Universidade de São Paulo – Sistema de Arquivos – Plano de Classificação (SMIT e KOBASHI, 2003)

Na tabela acima podemos observar a relação que se estabelece entre a parte categorizada e a lista alfabética. Pensando o exemplo dado por (Smit e Kobashi, 2003) devemos levar em conta as questões ligadas ao vocabulário que se apresenta de maneira diversa, tendo em vista estarmos em um país de dimensões continentais com cultura e vocabulário próprios em cada região, necessitando alinhar os conceitos e as relações entre eles para que não haja conflitos semânticos e culturais.

4. ANÁLISE DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DO GRUPO GT-IFES- AN

Em 2006 houve um *workshop* com a presença de quarenta e cinco técnicos, representando cerca de trinta instituições federais de ensino superior e uma universidade estadual, e 24 técnicos do Arquivo Nacional. Este encontro gerou o seguinte produto – Minuta do Código de Classificação de Documentos relativo às atividades-fim das IFES, a partir da revisão do modelo proposto pela UFPB e aprovado pelo Arquivo Nacional. Neste *workshop* ainda se apresentou o Censo de Arquivos Brasileiros, e se tomou como início da metodologia de trabalho o plano de classificação da Universidade Federal da Paraíba, aprovada em 2001 pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. A Tabela de Temporalidade dos Documentos da Universidade Federal da Paraíba foi aprovada pela Portaria nº 30 de 25 de julho de 2001, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional e, posteriormente, pela Resolução nº 8 de 1º de agosto de 2001, do Conselho Universitário – CONSUNI da UFPB. Nesta Tabela de Temporalidade verifica-se que se optou pela seguinte classificação e seu respectivo código: 000 – Administração Geral; 100 – Ensino (graduação e pós-graduação); 200 Pesquisa; e 300 – Extensão.

A metodologia empregada pelo grupo GT IFES AN foi a seguinte: levantamento da produção documental (não exaustiva); estudo sobre a legislação pertinente à área de educação no Brasil; embasamento de termos no Thesaurus Brasileiro da Educação – BRASED, do INEP; consulta de atos normativos específicos de cada instituição; apresentação de propostas e consolidação pelo AN; troca de mensagens por uma lista de discussão via Internet.

Durante as reuniões a CPAD (UnB) fez uma análise do trabalho, denominada "Análise dos Princípios de Classificação do Plano de classificação das atividades-fim

das IFES", documento baseado nos princípios classificatórios atribuídos por SOUSA, observando-se inconsistências com relação aos conceitos de função e atividade e sua aplicabilidade no plano de classificação das IFES.

Classes	Princípio
100 – Ensino	Função
200 – Pesquisa	Função
300 – Extensão	Função
400 – Ensino Básico e fundamental	Função
500 – Avaliação educacional e institucional	Atividade
600 – Assistência Estudantil	Função
700 – Seleção e Promoção de eventos	Função

Fonte: (CPAD – UnB)

Trata-se de pesquisa importante verificar alguns conceitos, tais como **avaliação educacional e institucional** e **assistência estudantil** no Thesaurus do CIBEC/INEP.

Entretanto, mesmo nesta análise, deve-se considerar que a classe 400, Educação Básica e Profissional, deveria ser enquadrada como subclasse da função Ensino, por haver uma relação todo-parte explícita nesta circunstância, ligada pela questão semântica do termo ensino: fundamental, médio, de graduação, de pós-graduação, *lato sensu*, *strictu sensu*.

A classe 600 – *Assistência Estudantil* poderia estar vinculada à classe 300, pois não possui características dentro de estruturas universitárias que justifiquem que seja determinada enquanto função, mas sim como subfunção da classe ou função Extensão.

Quanto à classe *Avaliação educacional e institucional* (documento produzido pelo CPAD – UnB), percebe-se que está tratando de termos diversos. *Avaliação educacional* pode ser vista claramente como atividade vinculada à classe *Ensino*, à qualidade do ensino, enquanto não ficou evidente para o GT-IFES-AN a relação da atividade *Avaliação institucional* com a área finalística da instituição, sendo considerada como integrante da atividade-meio. Mas quando se consulta a base de dados do INEP, o conceito deste último termo – *avaliação institucional* - é o seguinte:

“Avaliação que tem por objetivo verificar as condições gerais de funcionamento de estabelecimentos de educação superior. Nota: A avaliação institucional, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apóia-se na análise de todas as informações relativas à instituição e na verificação, in loco, feita por uma comissão de avaliadores. As informações apuradas na avaliação, cujo principal objetivo é verificar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), subsidiam o Ministério da Educação (MEC) em decisões sobre credenciamento e credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IESs). (Inep)”

Atualmente, o Código de classificação que contém o Plano de Classificação das IFES ficou da seguinte forma com relação às suas classes principais referentes às suas “funções”:

CLASSE 100 – ENSINO SUPERIOR;
CLASSE 200 – PESQUISA;
CLASSE 300 – EXTENSÃO;
CLASSE 400 – EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
CLASSE 500 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

No que tange à classe 100, podemos mencionar alguns exemplos de análise quanto à terminologia: na discussão sobre o Código 121.2 – Criação de cursos. Conversão de cursos. O representante da Universidade Federal de Goiás (UFG) colocou a questão sobre o significado do termo “Conversão de cursos”, tendo o conceito sido verificado no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), *conversão de cursos*, segundo o INEP, é o “nome dado oficialmente à transformação de um curso em outro da mesma área”.

Em relação ao Código 122.32 – Atividades complementares, a UnB e a UFPA discutiram a melhor sugestão de nota a ser aplicada à proposta de texto da Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG). Sendo assim, a nota foi modificada para: “incluem-se documentos referentes às atividades internas e externas, que complementam os cursos de graduação e que sejam autorizadas pela instituição de ensino”.

No entanto, no Código de Classificação observamos outra redação. A nota no Código é a seguinte: “incluem-se documentos referentes ao planejamento das atividades internas e a definição das atividades externas, que complementam os cursos de graduação e que sejam autorizadas pela instituição de ensino”. Há uma divergência entre o acordado na V Reunião técnica e o que ficou estabelecido no Código de Classificação das IFES 122.32, no que se refere à mudança da nota do descritor.

Na ata de reunião em relação ao Código 125.115 – *Recursos* - não ficou claro quando cita nota anterior e nota modificada, uma vez que o conteúdo de ambas é o

mesmo. Foi verificado no Código que, de fato, a nota foi modificada para: “incluem-se documentos referentes à argumentação do candidato e aos recursos contra os instrumentos de avaliação, os relatórios de estatísticas de recursos e respostas aos recursos”.

Quanto ao Código 125.13 – *Transferência*, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pediu que fosse esclarecido o termo “transferência temporária”. Tendo a Universidade Federal do Pará (UFPA) explicado que não há transferência temporária, sendo a transferência sempre definitiva, o termo correto - segundo a UFPA - é mobilidade.

A representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sugeriu que, por se tratar de *ensino*, a *Educação básica* fosse mantida na Classe 100. No entanto, as demais IFES decidiram manter a *Educação básica* na Classe 400. Ainda em relação à Classe 100, faltou definir a adequação do nome do descritor *Projeto Político Pedagógico* para *Projeto Pedagógico*.

Quanto à avaliação institucional, foi visitado o sítio do INEP e algumas considerações precisam ser feitas: foi utilizado o Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para esclarecer o uso do termo mais adequado, assim como a legislação pertinente às áreas de Educação de Ensino Superior e Pós-graduação *Lato-sensu* e *Strictu-sensu*.

Na V Reunião Técnica com as IFES e o Arquivo Nacional, definiu-se que *avaliação institucional* seria retirada da parte referente às atividades-fim e passaria a integrar a parte referente às atividades-meio, quando da revisão do Código de Classificação de Documentos de Arquivo aprovado pela Resolução nº 14 de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Em consulta ao sítio do INEP, encontramos a seguinte informação acerca de avaliação institucional: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é composto de *Avaliação das instituições*; *Avaliação dos cursos*; e *Avaliação do desempenho dos estudantes*. A avaliação é dada em torno dos seguintes aspectos: o ENSINO, a PESQUISA, a EXTENSÃO, a responsabilidade social, o DESEMPENHO DOS ALUNOS, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos e possui uma série de instrumentos complementares:

- Auto-avaliação;
- Avaliação externa;
- ENADE;
- Avaliação dos cursos de graduação.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de conceitos bem claros e definidos para as funções, atividades, espécies, tipos e assuntos nos planos de classificação são imprescindíveis para a sua consistência e precisão. É preciso ter antes de uma Tabela de Temporalidade o quadro ou árvore semântica do fundo documental de arquivo, sua hierarquia de termos, para que não se perca sua taxonomia e sua lógica intrínseca.

O controle de vocabulário na organização dos arquivos tem como objetivo a recuperação da informação e funciona como facilitador para a elaboração de Planos de Classificação Arquivísticos e Tabelas de Temporalidade de Documentos. Concluímos que um vocabulário controlado, na arquivística, deve: hierarquizar funções e atividades; contemplar o controle de vocabulário, particularmente em relação à sinonímia; relacionar termos; conceituar os termos e as condições de seu uso.

A partir deste exemplo verificamos que existem termos que não são compreendidos da mesma forma por todos. O levantamento da produção documental realizado pelas IFES participantes das reuniões técnicas constatou que, em muitas tipologias documentais, mesmo equivalentes, são utilizadas palavras e expressões diferentes, assim como as estruturas organizacionais das IFES, que têm suas próprias idiossincrasias. Sugerimos uma árvore semântica que seja um esqueleto básico, no qual as universidades posteriormente farão suas adequações em planos de classificação próprios. Cabe-nos ressaltar a importância de adoção de uma única linguagem entre as IFES, utilizando um sistema de referência comum e compartilhado – o vocabulário

controlado. Vale ressaltar que o controle da sinonímia, homonímia e quase sinonímia é imprescindível.

Sugerimos o uso da expressão *Plano de Classificação* ao invés de *Código de Classificação*, pois o primeiro está relacionado com termos que envolvem funções, subfunções, atividades, tipologias documentais, assuntos, e não têm códigos atribuídos, pois estes deverão fazer parte de uma atividade arquivística posterior, que é o código, após a total pertinência da árvore semântica do plano e de todas as suas variáveis.

No documento produzido pela UnB observou-se que: a classe 400, por não se constituir em função, e sim em subfunção da função 100 – *Ensino*, não deveria existir enquanto classe principal; a classe 500 - *Avaliação institucional e educacional* - é uma das funções relativas a uma instituição de ensino, pois avalia a qualidade do ensino, portanto está ligada à missão da universidade; a classe 600 - *Assistência Estudantil* é uma atividade da *Extensão*, e não função, portanto pode ser uma subfunção da classe *Extensão*; e a classe 700 - *Seleção e Promoção de Eventos* não pode ser considerada função e sim uma atividade - naquele momento ainda existia a classe 700, que posteriormente foi retirada.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sugeriu que a *Educação Básica e Profissional*, fosse incluída na CLASSE 100, visto que algumas IFES possuem Colégio de Aplicação e por se tratar de ensino. Apesar de o grupo não ter concordado com esta proposta, consideramos que seja pertinente.

No Código de Classificação atual, após Fórum Público, a classe 400 permaneceu *Educação Básica e Profissional*, mas consideramos que por fazer parte de uma lógica semântica, deve estar como subfunção da classe ou função 100; e a classe 500, de *Assistência Estudantil* (subfunção) ligada à função da *Extensão* ou atendimento comunitário.

Constatamos que a *avaliação educacional* é uma atividade substantiva e tem relação direta com a atividade-fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), não devendo ser confundida com a avaliação institucional, que se constitui em outro termo que está normalmente associado à atividade-meio em outras instituições, mas, no caso da área de educação, esta questão está associada à atividade-fim. Na classificação não se pode ter um pensamento totalmente binário, cartesiano, de verdades absolutas.

Fica claro que algumas questões são de relevância prioritária para a elaboração de instrumentos de representação de informação – no caso analisado, o plano de classificação das IFES: estudo terminológico; compreensão do contexto institucional – considerando o levantamento da missão, competências e objetivos da entidade produtora; familiaridade com os aspectos da gestão – compreender e distinguir as atividades finalísticas das atividades facilitadoras, além de compreender as distinções entre funções, subfunções e atividades. De fato estes não são todos os aspectos que precisam ser levados em consideração para o procedimento da elaboração de um instrumento de classificação de documentos, mas podem certamente ser considerados estratégicos no processo.

Um problema recorrente na elaboração de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos é, muitas vezes, a nebulosidade existente na compreensão e distinção entre atividade-meio e atividade-fim. Da mesma forma, parece haver também problemas para proceder à identificação hierárquica de funções, subfunções e atividades. No plano de classificação analisado, nota-se um grau pouco elevado de especificação ou detalhamento acerca das funções, subfunções e atividades, o que pode resultar em entendimentos inadequados sobre as classes, subclasses, grupos e subgrupos, prejudicando também, a vinculação hierárquica e relacional. O detalhamento de cada um destes aspectos (que ações eles representam e quais são suas competências) reduziria as incertezas e propiciaria a elaboração de um instrumento com maior nível de adequação.

A compreensão destes parâmetros, aliada ao estudo de documentos fundadores, estatutos, regimentos e outros, contribuem para a elaboração de planos de classificação realmente efetivos. Outro ponto importante a ser observado é a questão terminológica, que no caso das IFES pesou quando se procedeu à denominação dos tipos documentais. Percebeu-se ao longo de todo o plano de classificação a utilização de princípios classificatórios diferentes na elaboração das classes e subclasses.

Portanto, deve-se concluir, afinal, que as informações obtidas neste processo classificatório poderão ser utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), para a implantação e implementação da gestão de documentos, a orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e ainda pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas relacionadas à área de educação no Brasil nos diversos níveis

de ensino, pesquisa e extensão. Destacamos que estas observações não esgotam logicamente o assunto tratado, mas buscam contribuir para a melhoria do Plano de Classificação das IFES, e para a visibilidade da classificação como estudo importantíssimo para a área filosófica, linguística e arquivística no desenvolvimento de todas as atividades científicas e técnicas da área.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Arquivo Nacional. Disponível em:
<<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20arquiv.pdf>>
Acesso em: 06 nov. 2010.

BOTTINO, Mariza. **Arquivo universitário**: considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil. Rio de Janeiro, 1994, 203 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

BOTTINO, Mariza. Arquivos Universitários no Brasil. In: **A informação: questões e problemas**. Niterói: EDUFF, 1995. p. 61-67.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Universidade e Arquivo: perfil, história e convergência. **Transinformação**. v.1, n.3, set/dez 1989. p. 20-28.

BRASIL. **Decreto nº 4.915**, de 12 de dezembro de 2003. Disponível em:
<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_inde=21&sid54> Acesso em: 16 nov. 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. **Dicionário de Terminologia Arquivística**: (versão bolso). São Paulo: Centro de Memória da Educação, FEUSP/FAPESP, 2010.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem Documentária**: Teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EDUFF, 2001.

CONARQ. **Resolução nº 14**, de 24 de outubro de 2001. Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Atividades-Meio da Administração Pública. Disponível em:
<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=65&sid=46>> Acesso em: 15 nov. 2010.

CONCEIÇÃO, Inaldo Nascimento. **Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos**: uma proposta para as Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológico do Ministério da Educação. Disponível em:
<http://www.aag.org.br/anaisvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/inaldo.pdf>
Acesso em: 20 jun. 2011.

CURRÁS, Emília. **Tesauros**: Linguagens Terminológicas. Brasília: IBICT, 1995.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. In: **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 7(2): 101-107, 1978 .

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói; Rio de Janeiro: Intertexto/ Interciência, 2002.

FOUCAULT. Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

INDOLFO, Ana Celeste. **A gestão de documentos nas instituições federais de ensino superior**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO - INEP. *Sinaes*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>> Acesso em: 27 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 05 nov. 2010.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Comunicação apresentada no Colóquio sobre Classificação, organizado pela revista **Leituras**, da Biblioteca Nacional de Lisboa, em 21 de outubro de 1997. Disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>> Acesso em 27 maio 2011.

SCHELLENBERG. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro, Trad. De Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SIGA. **Registro das reuniões técnicas com as Instituições Federais de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=112&sid=56>> Acesso em: 27 jun. 2011.

SMIT, Johanna Wilhelmina; Kobashi, Nair Yumiko. **Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 56 p. (Série Projeto Como Fazer, 10).

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**; Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net>> Acesso em: 10 fev. 2010.

_____. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Revista Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 6, n. 1, p. 5-26, 2007.

_____. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos. (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: Senac, 2007. p. 79-172.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.5-16, jan./jun. 2006.